VARNHAGEN E OS RELATOS DE VIAGEM DO SÉCULO XVI: ENSAIO DE RECEPÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Temístocles Cezar

Il est bien évident que depuis qu'une discipline comme l'histoire existe, on s'est servi de documents, on les a interrogés, on s'est interrogé sur eux; on leur a demandé non seulement ce qu'ils voulaient dire, mais s'ils disaient bien la vérité, et à quel titre ils pouvaient le prétendre, s'ils étaient sincères ou falsificateurs, bien informés ou ignorants, authentiques ou altérés. Mais chacune de ces questions et toute cette grande inquiétude critique pointaient vers une même fin: reconstituer, à partir de ce que disent ces documents – et parfois à demi-mots – le passé dont ils émanent et qui s'est évanoui maintenant loin derrière eux; le document était toujours traité comme le langage d'une voix maintenant réduite au silence, – sa trace fragile, mais par chance déchiffrable.

(Michel Foucault, 1969, p.13-14)

A história da história do Brasil tem se preocupado desde o século XIX em definir e discernir seu próprio domínio temático, metodológico e, de uma certa maneira, teórico, mas pouco avançou no que concerne às pesquisas sobre a constituição de suas próprias fontes.

Nesse contexto, o relato de viagem, que se constitui em um interlocutor constante da historiografia brasileira, não foi ainda objeto de um estudo mais sistemático, ou seja, de uma análise que procure explicar como o relato de uma experiência vivida por um indivíduo estrangeiro se converte em conhecimento imediato da realidade e, sobretudo, como ele é percebido como fonte do saber histórico.

O objetivo deste trabalho, que faz parte de uma pesquisa mais am-

Temístocles Cezar é professor no Departamento de História – IFCH/UFRGS – Brasil. Doutorando na EHESS/Paris. Bolsista da CAPES. Uma versão deste texto foi apresentada no Congresso Internacional Vasco da Gama, em Lisboa, em novembro de 1998. Agradeço a François Hartog (EHESS), Janaina Amado (UnB) e a Manoel Salgado (UFRJ), os comentários a uma versão inicial deste texto.

pla, é fazer um estudo introdutório das relações entre os relatos de viagem e o campo historiográfico brasileiro, a partir de um momento de recepção preciso: a leitura que a historiografia brasileira do século XIX, momento em que a história se codifica como disciplina científica, fez dos relatos de viagem do século XVI. Na impossibilidade de uma análise mais longa, tomarei como obras representativas a primeira edição do tomo I da *História Geral do Brazil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada em 1854, e os relatos de Pero Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, Hans Staden, Jean de Léry e André Thevet.

* * *

Lévi-Strauss (1990, p.428), em uma passagem famosa de seu *Tristes tropiques*, relembra que:

Pénétrer, le premier peut être, dans un village tupi encore intact, c'était rejoindre, par delà quatre cents ans Léry, Staden, Soares de Sousa, Thevet, Montaigne même, qui médita dans les Essais, ou chapitre des cannibales, sur une conversation avec des Indiens Tupi rencontrés à Rouen. Quelle tentation!

Varnhagen (1974, p.212), cem anos antes de Lévi-Strauss, havia vivido uma sensação semelhante:

Ao lermos esta parte da descrição, quando aportamos na Bahia em princípio de maio deste ano, quase acompanhávamos o autor [trata-se de Gabriel Soares de Sousa] passo a passo, tanta verdade há em sua descrição.

O que unifica essas duas passagens é a experiência da viagem. Ambos, o antropólogo e o historiador, ao viajarem confirmam *in loco* que o que foi visto pelo viajante do século XVI era verdadeiro. A *performance* dos relatos de viagens é, portanto, notável: conseguem representar no presente um passado indelével. Os fantasmas dos viajantes que acompanham Lévi-Strauss e Varnhagen são os mesmos e têm a mesma função: funcionam como fontes fidedignas, como uma cartografia que se inscreve do mesmo modo nas dimensões sincrônica e diacrônica; enfim, são provas de seus discursos.

Diferentes são suas formas de apreensão: enquanto para Lévi-Strauss seus discursos representam o despertar da *consciência etnológica*-

ca, que deixariam suas marcas inclusive nos filósofos do Iluminismo, para Varnhagen, um relato de viagem é um texto produzido em uma circunstância na qual a subjetividade encontraria canais de expressão constantemente abertos. Portanto, não seria um despropósito supor que sua utilização como fonte para sua *História Geral* deveria ser refletida, submetida a um método exegético, precisaria ser bem calculada.

É o caso com certeza de Gabriel Soares de Sousa, cujo texto foi recomposto pelo próprio Varnhagen. Para os demais não é possível perceber um trabalho equivalente de crítica. Como Varnhagen os incorpora então ao seu texto? Uma primeira tentativa de resposta é o que se segue.

* * *

A recepção dos relatos de Thevet, Léry, Staden, Gandavo e Soares de Sousa, na primeira edição da *História Geral do Brasil*, obedece a lógicas distintas, embora sejam utilizados em temas semelhantes, tais como os aspectos cartográficos, toponímicos e dados relativos às populações indígenas. Nesse sentido, os interlocutores privilegiados por Varnhagen são os portugueses, principalmente, Soares de Sousa. Léry e Thevet são bem menos citados, sendo que o cosmógrafo é o único diretamente criticado. Staden é mencionado com certa frequência e inclusive tem sua história pessoal contada por Varnhagen.

Os relatos aparecem, normalmente, como notas de pé de página com a função de comprovar ou reforçar o argumento do autor. Por exemplo, Varnhagen (1854, p.98) afirma que os índios que percorriam o Brasil no século XVI, *hostilizando-se uns aos outros, não chegariam a um milhão* – “[...] às vezes cada duas léguas, se a terra atraia por pingue mais alguma gente, como sucedia na Bahia”. O dado contábil é de Gabriel Soares de Sousa, cuja afeição pelos números é uma característica de seu relato. Quando escreve sobre a língua dos índios a referência é Soares de Sousa, mas também Gandavo:

*essas gentes vagabundas [...] eram segundo parece verdadeiras
emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de
uma origem comum, e falavam todas dialetos de mesma língua*
(idem, p.99),

e segue em nota “com esta opinião vai de acordo quanto dizem a tal de respeito Gandavo (e) G. Soares”. E Varnhagen complementa

e não só falam dialetos idênticos, como em geral se denominava a si quase sempre do mesmo modo: Tupinambá. Se no Maranhã como no Pará, na Bahia como no Rio, houvesseis perguntado a um índio de que nação era, responder-vos-ia logo: Tupinambá.

A nota que explica essa passagem é a seguinte: “na Bahia assevera-o Gabriel Soares; e no Rio de Janeiro, Staden, Laet e Thevet”. Entretanto, “alguns dos vizinhos os tratavam, como se vê de Staden, por Tupiniquins” (p.100). Não há nesses exemplos uma hierarquização de fontes. Todos os viajantes são citados indistintamente como documentos comprobatórios do argumento do autor. Observe-se, no entanto, que, na mesma medida em que a fonte é um elemento seguro, uma afirmação peremptória, a escritura de Varnhagen é titubeante. Assim, ele usa a forma verbal do futuro do pretérito para mostrar que os índios não *chegariam* a um milhão, buscando a certeza em Gabriel Soares de Sousa. Ou quando afirma “eram segundo *parece* verdadeiras emanações”; parecer uma verdade é um modo interessante de situar a questão: não se tem certeza absoluta, mas tudo leva a crer que as coisas se passaram desse modo, inclusive esta era a *opinião* de Gandavo e Gabriel Soares de Sousa. Essa *opinião* será um elemento importante no discurso da unidade lingüística do nativo *invasor*.

As *opiniões* de Gandavo e Gabriel Soares de Sousa são de fato muito valorizadas no que tange aos assuntos indígenas, embora o primeiro seja menos preciso que o segundo. Mas tal imprecisão encontra-se dentro de uma margem de erro absolutamente aceitável, que não abala de modo algum a credibilidade do relato do viajante. É o caso por exemplo do apelo que Varnhagen faz para que se desconsidere *todos esses catálogos de nomes bárbaros e dissonantes*, com os quais se tem pretendido distinguir os habitantes de um distrito pelas suas *alcunhas*, às vezes *duplas e até múltiplas*, pois seriam elas geralmente atribuídas por *injúria ou vitupério*, e poucas vezes por *honra e apreço*. Varnhagen propunha então uma unificação dos nomes, *para melhor nos entendermos hoje em dia*. Em nota a esta passagem, ele novamente menciona as *opiniões* de Gandavo e Gabriel Soares de Sousa:

[...] Gandavo bem que acreditasse que certos nomes designavam verdadeiramente nações diferentes – era de opinião que ainda que todos os gentios da costa se achavam divididos “todavia na semelhança, condição, costumes e mitos gentílicos todos são uns”. A mesma opinião sustenta Gabriel Soares [...], dos escritores antigos o que mais se dedicou à etnografia brasileira. (p.103)

Note-se que a Gandavo é imputado um pequeno equívoco, mas cuja base era uma crença que ele julgava verdadeira, o que parece caracterizar uma vontade honesta, que é imediatamente relativizada, pois, por outro lado, o viajante reconhecia a unidade antropomórfica das nações indígenas da costa brasileira. Já à opinião de Gabriel Soares de Sousa não cabe recurso: ele foi o que mais se consagrou aos estudos deste povo; portanto, ele sabe mais. Mas o definidor e proprietário de verdades aqui não são os viajantes, é o próprio Varnhagen. Nesse sentido, ele aponta também algumas falhas em informações de Gabriel Soares de Sousa, é claro que dentro da mesma lógica que rege o reconhecimento de equívocos em Gandavo. A crítica branda de Varnhagen a Gabriel Soares de Sousa pode ser feita pela confrontação do viajante com alguns dos inúmeros homens ilustres com os quais Varnhagen confere *carne e sentido* à sua história.¹

Porém ainda não tinham de começar a colonizar-se as terras do Pará e Maranhão. A armada que (segundo o dito embaixador – D. Luis Hurtado de Mendonça – não concorde com Soares) se compunha de oito ou nove caravelas e alguns bergantis. (1854, p.216)

Diante da indefinição numérica (o que é raro no relato de Gabriel Soares de Sousa), Varnhagen não se posiciona claramente entre os dois: a decisão de escolher entre uma fonte e outra parece ser uma prerrogativa do leitor.

Em um dos poucos erros de fato atribuído por Varnhagen a Gabriel Soares de Sousa, a crítica é feita com uma dose significativa de eufemismo: “regresso que não chegou a realizar, por haver Deus disposto de sua vida, ao cabo de 16 anos de governo”, explica o historiador referindo-se ao governador-geral do Brasil, Mem de Sá; em nota complementar acrescenta: “Gabriel Soares conta 14, *naturalmente* por engano” (p.269, grifo meu). Ou seja, o equívoco de Gabriel Soares de Sousa é, como em Gandavo, efeito de uma boa vontade, um erro *natural* de um autor bem-intencionado.

Quando Varnhagen flagra uma análise parcial ou incompleta de Gabriel Soares de Sousa não o critica por isto, ao contrário, ele busca no viajante um sentido: “uma fusta desta esquadra, ajudados talvez das correntes, foi aportar próximo ao Cabo de São Roque [...] e aí sofreram os que nela iam toda sorte de hostilidade de parte dos índios” (p.157), escreve Varnhagen, adicionando em nota que “Soares (I, cap.10) não explica se ali foram ter desde logo, ou depois de destroçados: esta versão parece natural quando diz (cap. 13) que outros navios se perderam pela extensão dos

baixos que vão da Paraíba até o Maranhão”. Gabriel não explica, mas induz a explicação; suas observações podem ser generalizadas ou tornadas essenciais (*natural*). O texto ajuda, portanto, o historiador a supor.

Mas Gabriel Soares de Sousa contribui ainda para que o historiador vá mais longe e exercite sua *imaginação*. É o caso, por exemplo, dos comentários de Varnhagen sobre o mito das Amazonas:

estes hábitos marciais [índias, quase escravas dos seus maridos] e a dura condição, em que sem ter a eles respeito, [...] talvez desse algumas vezes ocasiões à revolta ou transmigração de muitas juntas, do que proviria, por ampliação, a notícia de uma nação de novas Amazonas, e no mito que daí tomou esse nome. Que o fato existiu de algum modo não se duvida, não tanto por que o narrou Orelhana, como porque a notícia chegou as costas do Brasil através dos sertões. [...] O certo é que os exploradores que vieram mais tarde já não encontraram essas caprichosas guerreiras, que constituem na história da América um mito semelhante ao da Ásia na Antiguidade. (p.128, grifo meu)

E acrescenta em nota: “Soares, II, 182, esta tradição, sobretudo quando naturalmente por notícias dos índios, diz que elas eram vizinhas dos ‘ubirajaras’ que nós *imaginamos* povos do Amazonas” (grifo meu). Gabriel Soares de Sousa foi o receptor dessa tradição na costa brasileira, dos traços deixados por um povo cuja única certeza é que ele existiu; o resto, isto é, a construção do argumento que conduz a esta certeza são livres associações (*talvez* ou *nós imaginamos*).

Diferente é o caso de Thevet, a quem o *imparcial* Varnhagen dirige críticas mais fortes e diretas, principalmente ao narrar os episódios envolvendo a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro:

Resolvido o ataque, começaram os nossos a desembarcar na ilha, e a assestar nela artilharia, com a qual e [mais as] naus combateram a fortaleza por dois dias e duas noites até que os franceses, sem água nem pólvora, capitularam em número de 74, e alguns escravos, (p.240)

e em nota complementar explica:

Thevet (Cosmog.f.908) diz que se entregara esta “par composition”; e acrescenta que só havia no forte dez franceses: mas sua

autoridade é dada por suspeita pelos próprios contemporâneos. Também cai em dizer, que a esquadra de Mem de Sá se compunha de 26 "navires de guerre et quelques vaisseaux à rame".

A crítica à fonte tem relação com a questão da nacionalidade. Os nossos não apenas venceram como contaram a verdade sobre os eventos. Thevet erra não porque tivesse uma crença ingênua como Gandavo que *acreditava verdadeiramente* no que dizia, nem cometia um pequeno engano como Gabriel Soares de Sousa; não, Thevet é aquele cuja autoridade é questionada em seu próprio tempo. O cosmógrafo mentiroso de Léry contribui decisivamente para a operação histórica varnhageniana; através dele é possível descrever-se uma das batalhas que ajudam na compreensão de quem somos nós. Thevet é aquele que escreve próximo ao evento; ele funciona quase como um *Guillaume le Breton* invertido, nesta pequena batalha de Bouvines do Novo Mundo².

Ao descrever as *idéias religiosas e a organização social dos tupis*, Varnhagen volta a criticar Thevet. O historiador afirma que

apesar da frequência das trovoadas nestes climas carregados de eletricidade, os índios não se tinham familiarizado com seus terríveis fenômenos e receiavam-se do trovão, que consideravam como uma manifestação de ira de Ibag ou do firmamento. Não passava sua methaphísica mais além deste inato terror; não cremos que concebiam a idéia de um ente superior, imaterial e infinito a reger este infinito Orbe [mundo, domínio]. (p.123)

E cita Thevet quanto a esta *metafísica* dos selvagens:

"C'est icy qu'il fault que ie me mocque de celuy, qui a esté si temeraire, que de se vater d'avoir fait un livre de la religion que tiennet ces sauvages", diz Thevet (Cosm. F.910). E isto sem advertir que também ele caiu em tal presunção, e que com mais credulidade ou invenção que observação faz quase um tratado acerca da "religião" desta gente!

A ironia de Thevet em relação ao autor de um livro sobre a religião selvagem é recebida no século XIX por Varnhagem como uma manifestação da incapacidade de o francês se auto-avaliar. Neste caso, o historiador brasileiro o faz sem complacência: na verdade, Thevet faz algo pior que o suposto autor que ele critica; e ele pode ter feito por simples cren-

ça e inclusive por invenção, o que não é mais uma novidade no caso dos relatos de Thevet, mas basicamente porque a ele falta poder de observação, uma regra básica do código científico que preside as informações contidas nos relatos de viagem trabalhados por Varnhagen.

Mas, enfim, por que Varnhagen serve-se dos relatos de Thevet se ele foi questionado em seu tempo, se ele é *pretencioso*? A escassez de fontes sobre o século XVI seria uma primeira explicação; simplesmente não seria possível descartar Thevet. Por outro lado, mesmo que lhe falte certa capacidade objetiva de observação, ele esteve no Brasil do século XVI, e isso é um dado inquestionável para Varnhagen. Logo, ele sempre tem algo de aproveitável. Por exemplo, ainda no caso da descrição da religião dos selvagens, Varnhagen escreve que os índios “olhavam com superstição para as fases da lua, e alguns a festejavam alegres em certas conjunções” (p.123-124), as fontes são testemunhas oculares: “Léry, 19. Soares, II, 161. Thevet, Sing., f. 81” (p.124). Aí está uma das utilidades de Thevet: sua autópsia.

Thevet e Léry também aparecem em situações em que testemunham a tradição oral:

a tradição – escreve Varnhagen – recolhida da boca dos índios em tantos pontos do Brasil e por autoridades diferentes é concorde em asseverar que parte dessa civilização, e sobretudo a cultura e preparação da mandioca fora trazida por um barbado alienígena de quem conservam grata memória. (p.135)

E complementa novamente em nota de pé de página: “Thevet, Léry e o célebre jesuíta Nobrega”. Os franceses escutaram a voz nativa e registraram sua memória; eles são, pela primeira e única vez, classificados por Varnhagen como *autoridades*. Mas observe-se que ao lado de uma celebridade, que apesar de jesuíta (ordem religiosa por quem Varnhagen não tinha muita estima³), era um português que se tornou uma referência intelectual para se falar do Brasil do século XVI. Para Varnhagen, e uma multidão de historiadores e escritores do século XIX, todo cuidado é pouco com os *criativos* franceses, que por certo viram e escutaram o que dizem, mas nem sempre interpretaram como deviam; às vezes, eles têm uma *imaginação ardente*⁴.

Uma outra forma de Varnhagen apreender os relatos de viagem é através da inserção do viajante na sua *História Geral* não apenas como autor, mas também como ator histórico dos eventos que narra. Explicitamente, são os casos de Léry, Gabriel Soares de Sousa e Staden.

Léry é personagem, é claro, dos episódios envolvendo a fundação da *France Antarctique*:

Entretanto chegava à colônia um reforço de perto de 300 homens, em três navios armados por conta da Coroa. Comandava-os Bois le Comte, sobrinho de Villegagnon; e vinham juntamente dois teólogos calvinistas, sendo um deles Jean de Léry, genebrino, a cuja pena devemos um importante livro acerca desta expedição com muitas notícias sobre a etnografia dos índios, livro que só mais de vinte anos depois se imprimiu. (p.231)

Varnhagen decididamente é mais complacente com Léry do que com Thevet. Não há polêmica em torno de Léry, há reconhecimento de sua obra, embora o *importante livro* seja menos citado do que os de Thevet. Além disso, Léry não é integrado aos acontecimentos como um ator relevante, ele está longe de Villegagnon que de tão integrado aos eventos arranca do *científico* Varnhagen adjetivos como sujeito *ambicioso* e *hipócrito*; a inscrição de Léry no episódio é sóbria e sem desdobramentos na trama propriamente dita, a não ser o livro. Ou seja, Léry é antes um espectador da história, não é um agente.

Agentes da história de fato são Staden e, sobretudo, Gabriel Soares de Sousa. A história de Staden é anunciada por Varnhagen no capítulo XI, em que trata das *seis capitanias cuja colonização vingou*, na qual em uma delas, S. Vicente, teria sido preso pelos gentios “um certo Hans Staden, que de fato nos transmitiu notícia” (p.150). No capítulo XVII, que trata do *triste governo de D. Duarte da Costa*, Varnhagen conta a história de Staden como forma de se obter “uma perfeita idéia do que era o governo e o ditadorado de Cunhambebe” (p.227), um líder dos nativos da região, “o qual se gabava da proeza de haver trincado carnes de uns dez mil dos seus inimigos, para cuja morte concorrera” (p.226). Staden fora feito cativo pela gente de Cunhambebe, conseguiu escapar e voltou a Hesse, sua pátria, “e em Manburg publicou em alemão a narração de quando sofrera e observara, e merece que lhe dediquemos algumas linhas”. A atípica história de Staden é digna de análise justamente pela posição que ele ocupa no dramático depoimento: ele sofre, mas observa. Varnhagen informa ao leitor que não vai contar toda a *peregrinação* de Staden, bastando dizer “que não o mataram pelos contínuos protestos que ele fazia de não ter que ver com os portugueses” (p.228) e que, em resumo, seu relato

[...] nos informa de um incêndio lançado pelas canoas da Bertio-
ga à aldeia índia Mumbucaba, de uma vitória ganha pelos de Cu-
nhambebe, em uma expedição que fez com 30 canoas, guarneci-
das cada uma de mais de 20 combatentes; e nos dá afinal uma idéia
da frequência com que visitavam os navios franceses estas para-
gens – principalmente o Rio de Janeiro.

O conjunto de informações que Varnhagen retira da obra de Sta-
den, sobre a qual ele não deposita nenhuma desconfiança aparente, é
muito superior a essas mencionadas acima⁵. Staden é, por exemplo, um
dos autores mais citados no que tange à tradução da língua dos selva-
gens⁶. De fato, esta síntese apresenta temas em que houve a participa-
ção ativa do alemão, e parece ser tão valorizada por Varnhagen que che-
ga mesmo a contentar-se com a imagem indefinida que o texto lhe passa
acerca da presença francesa no litoral brasileiro: receber *uma idéia* da
fonte não é exatamente o melhor exemplo de ortodoxia positivista se-
gundo a qual fontes são documentos de prova e não de inspiração. Var-
nhagen não está tão protegido e imune, quanto poderia supor, às matéri-
as produzidas pelas sensações: simplesmente ele não ratifica com outros
documentos a *idéia* que o viajante lhe passa; Staden, tal como Gabriel
Soares de Sousa, contribui, portanto, para a imaginação do historiador.

O grande personagem de Varnhagen, entre os viajantes, é Gabriel
Soares de Sousa. O historiador apropria-se das auto-referências que o
viajante e senhor de engenho deixa registradas em seu texto, sinais que
concorreram para a polêmica em torno da definição do autor, adiciona
um ou outro documento, e introduz Gabriel Soares de Sousa como ator
relevante no contexto do século XVI. Assim o vemos como homem po-
lítico na tardia aclamação de Philippe II no Brasil, que na Bahia, segun-
do Varnhagen, “se efetuou sem a formalidade do juramento”, como com-
prova a “Carta Régia de 16 de novembro de 1581, apresentada em Câ-
mara aos 19 de maio de 1582; sendo juiz ordinário Francisco Fernando
Pantoja; e vereadores Antonio da Costa, Fernão Vaz e Gabriel Soares de
Sousa” (p.280).

O reconhecemos também envolvido nos conflitos locais, como no
caso da imposição de um novo comando político na Bahia que gerou re-
sistências entre os homens importantes da região: “o bispo e outros mo-
radores principais por sua parte retiraram-se da cidade para as roças. Da
Câmara era vereador Gabriel Soares de Sousa, proprietário do engenho
de Jequiriçá, e a quem devemos um importante escrito de que tratare-
mos ao diante” (p.238), e acrescenta que o “o provedor-mor Christian

de Barros, já senhor de um novo engenho, e amigo de G. Soares, tão pouco era afeto ao intruso chefe”. No primeiro fragmento, Varnhagen salienta mais uma vez a condição política de Gabriel Soares de Sousa, e passa ao leitor uma informação aparentemente inútil sobre o relato deste, pois se trata da referência mais constante da história paralela – a das notas de pé de página – da sua *História Geral*. No entanto, o objetivo de Varnhagen é o de valorizá-lo mais ainda, remetendo o leitor para uma análise particular da obra. No segundo fragmento, Varnhagen faz questão de mostrar que Gabriel Soares de Sousa é uma referência positiva na região, cujos laços de amizade são relevantes na estrutura de poder local.

Por fim, ao Gabriel Soares de Sousa autor, Varnhagen dedica-se quase ao final do tomo I, no capítulo XXIII, no qual trata d’*O Brasil em 1584*. O historiador escreve que é hora de parar “um pouco a contemplar os progressos feitos durante meio século de colonização” (p.294), mas antes é necessário que dedique algumas linhas a Gabriel Soares de Sousa, um dos dois escritores que honram o Brasil Colônia⁷. Nas palavras de Varnhagen, trata-se de um *verdadeiro monumento histórico*, que projeta *luz* para se avaliar *o estado da colonização do nosso país* na época em que escreveu: ou seja, Gabriel Soares de Sousa é um dos fatores do progresso – ele é vereador e senhor de engenho – da colonização do século XVI e do conhecimento póstumo sobre ela – ele redige um relato da sua experiência. Varnhagen repete boa parte das considerações que havia feito quando da edição do livro de Gabriel Soares de Sousa em 1851⁸.

Uma diferença significativa, no entanto, é a comparação com Gandavo:

nos assuntos de que trata [Gabriel Soares de Sousa], apenas fora precedido uns dez anos pela obra do gramático Pero de Magalhães Gandavo autor que, mais que por esta sua obra sobre o Brasil, nos merece atenção, por haver sido amigo de Camões, e por haver, por assim dizer, posto em contato com o nosso país o grande poeta. (p.295)

Embora Gandavo em pouco tempo passe a ser considerado uma fonte mais relevante, inclusive na própria *História Geral* de Varnhagen, a partir da terceira edição, pois como Léry ele é citado com frequência pelos comentadores da obra, na primeira edição ele foi relegado ao plano de *relações públicas* da colonização.

Varnhagen também reforça a idéia de que Gabriel Soares de Sousa, embora com um estilo *rude, primitivo e castigado*, foi um observa-

dor extremamente perspicaz do real: “[...] ao comparar as descrições com a realidade, quase nos abismamos ante a profunda observação que não cansava, não se distraía variando de assunto” (p.295). Enfim, o narrador não divaga, ele é objetivo.

A novidade da análise é o contraste que Varnhagen faz entre o texto de Gabriel Soares de Sousa e outros autores, contemporâneos ou não. A longa citação abaixo é uma síntese remarcável da importância e função da obra de Gabriel Soares de Sousa no trabalho de Varnhagen, mas também para a historiografia brasileira do século XIX:

como corógrafo, o mesmo é seguir o roteiro de Soares que o de Pimentel ou de Roussin; em topografia ninguém melhor do que ele se ocupou da Bahia; como fitólogo faltam-lhe naturalmente os princípios da ciência botânica; mas Dioscórides ou Plínio não explicam melhor as plantas do velho mundo que Soares as do novo, que deseja fazer conhecidas. A obra contemporânea que o jesuíta José de Acosta publicou em Sevilha em 1590, com o título de História natural e moral dos índios, e que tanta celebridade chegou a adquirir, se bem que pela forma e assuntos se possa comparar a de Soares, é-lhe muito inferior quanto à originalidade e cópia de doutrina. O mesmo dizemos das de Francisco Lopes de Gomarra e de Gonçalo Fernandez de Oveiedo. O grande Azara, com talento natural que todos reconhecem, não tratou instintivamente, no fim do século passado da zoologia austro-americana melhor que o seu predecessor português; e numa etnografia geral dos povos bárbaros, nenhuma página poderão ter mais cabida pelo que respeita ao Brasil, que as que nos legou o senhor de engenho das margens do Jequiriçá. – Causa pasmo como a atenção de um só homem pode ocupar-se em tantas coisas que juntas se vêem raramente, como as que se contêm na sua obra, que trata a um tempo, em relação ao Brasil, de geografia, de história, de topografia, de hidrografia, de agricultura entretrópica, de horticultura brasileira, de matéria médica indígena, das madeiras de construção e de marcenaria, de zoologia em todos os seus ramos, de economia administrativa e até de mineralogia. (p.295-296)

Gabriel Soares de Sousa é o paradigma de uma fonte histórica. Quase nada lhe escapa, ele contém quase tudo: ele é o mapa; ele é o registro que supre a escassez documental do primeiro século de colonização portuguesa no Brasil; ele é a voz do colono e, de certo modo, da nativa;

ele é memória; ele é a escritura que revela *objetivamente* o Novo Mundo. Homem de múltiplas aptidões, Gabriel Soares de Sousa literalmente fez a história: no século XVI, no papel de ator, no século XIX, como fonte histórica. *L'œil totalisant* ou o *pouvoir omni-regardant* (Certeau, 1990, p. 140-141) de Gabriel Soares de Sousa do século XVI foi organizado por Varnhagen no século XIX de modo a recriar o espaço (noções cartográficas, localização de plantas, animais, povos, etc., até os caminhos *imaginários* por onde passaram as notícias do mito das Amazonas) e o tempo (quando o Brasil começou, com quem, como evoluiu e venceu os inimigos internos – os índios rebeldes – e externos, os holandeses e os franceses) da história brasileira. Varnhagen e Gabriel Soares de Sousa fazem, escrevem e *inventam*, portanto, a história do Brasil⁹.

* * *

Os poucos exemplos aqui demonstrados não esgotam por certo as formas de recepção do texto de viagem na obra de Varnhagen, mas proporcionam uma noção inicial dos modos como foram apropriados. Seria preciso desenvolver as diferenças da primeira para a segunda edição, que não se resumem à alteração na ordem dos capítulos, como a maior parte dos críticos da historiografia registram, mas apresentam alterações na ordem da escritura, com supressões de passagens inteiras, ou de autores, muitos dos quais viajantes, que antes eram citados e que, a partir da segunda edição, são subsumidos no texto; como se a evolução da escrita da história os incorporasse como dados do senso comum. Além disso, seria interessante acompanhar o trabalho feito com os viajantes nas edições *post-mortem* do autor, principalmente a terceira a cargo de Capistrano de Abreu, o sucessor de Varnhagen, e a quarta com as correções e comentários de Rodolfo Garcia a Varnhagen e também, eventualmente, ao próprio Capistrano de Abreu. A idéia seria, enfim, tentar reconstituir, ainda que parcialmente, um certo nível de um *horizon d'attente*¹⁰ do relato de viagem, e nos aproximarmos de modo incipiente da difícil questão dos efeitos do texto.

Desse modo, além de uma *história das notas de pé de página*, talvez uma forma de intitular este primeiro ensaio de recepção, se poderia avançar em outras questões vinculadas à ordem do texto. Como, por exemplo, pensar no relato de viagem do século XVI como um componente do *nível profundo da consciência* (White, 1973, p. 10), a partir da qual o historiador do século XIX escolhe as *estratégias conceituais* com as quais explicará ou representará os dados que irão compor a sua escrita da história.

Nesse sentido, é possível verificar-se na *História Geral* de Varnhagen, ainda que dispersa, a estrutura do texto de viagem: suas noções cartográficas, o cromatismo com o qual desenha e pinta a natureza, a forma como descreve os selvagens, os caminhos da colonização portuguesa; enfim, ele parece constantemente acompanhado do olhar do viajante, que ele focaliza de acordo com seus objetivos, principalmente os de encontrar o começo da nação brasileira, que ele tem certeza está ali no século XVI, em algum lugar. Ou em todos os lugares descritos nos relatos de viagem.

* * *

Olhar imperfeito, carregado de fábulas, enfim *texto*, os relatos de viagem do século XVI tornaram-se documentos-chave para se interpretar o Brasil colonial. Eles participam daquele gênero de documento que carrega em si a misteriosa prova de que a história existe; por mais frágeis que sejam, eles sinalizam caminhos do mundo da economia, da política, do imaginário: eles deixam rastros.

NOTAS

1. "Dans la pratique, l'historien sait bien, comme le sociologue, interrompre discrètement l'analyse de résultats statistiques pour intercaler le petit récit – cahier d'instituteur, le souvenir de quelque enfance, le roman villageois ou fabourien – qui lui donne d'un seul coup chair et sens". Rancière, Jacques. *Les Mots de l'histoire: essai de poétique du savoir*. Paris: Éd. Du Seuil, 1992, p.203-204.
2. Ver Duby, Georges. *Le Dimanche de Bouvines*. Paris : Gallimard, 1973.
3. Varnhagem acusa os jesuítas de terem impedido que os portugueses utilizassem os índios como força de trabalho. Para Varnhagen, "foi um erro a colonização africana do Brasil. [...] Para ele, o índio é quem deveria ter sido usado para o trabalho. E ataca os jesuítas e defende os bandeirantes. Foi a pseudo-filantropia dos jesuítas que impediu a escravidão do gentio". Reis, J. C. "Varnhagen (1853-7): o elogio da colonização portuguesa". *Varia História*, Belo Horizonte, n.17, 1997. p.124.
4. Manoel de Araujo de Porto-Alegre no prólogo de seu livro *A estátua amazônica*, dirigido ao então vice-presidente do IHGB, Manuel Ferreira Lagos, apud Sussekind, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p.51.
5. Caberá a Ferdinand Denis, o grande interlocutor francês dos intelectuais brasileiros do século XIX, lançar alguma suspeita sobre o relato de Staden, que depois será acompanhada por outros, em obra publicada em 1837: "Je pas-

se sur les souffrances de Hans Staden dans le village où reside Koniam Bebe, l'implacable ennemi des Margaias, ces détails sont trop horribles; et pour se figurer un moment la situation du malheureux captif, il faut seulement se rappeler que chaque guerrier va jusqu'à désigner devant lui celui de ses membres qu'il veut dévorer. Eh bien, *le croirait-on* ? une circonstance, bien insignifiante en elle-même, le sauve du dernier supplice, ou du moins fait différer sa mort. La couler rousse de sa barbe fait supposer qu'il pourrait bien ne point appartenir à la nation portugaise; [...] Tels étaient les curieux épisodes qui se renouvelaient dans l'histoire primitive du Brésil, et dont les récits nous sont parvenus si rarement. La relation du vieux voyageur allemand est empreinte du caractère le plus naïf et le plus sincère, et nous avons cru devoir lui consacrer quelques lignes dans cette notice, parce que tout nous prouve que c'est à lui et Léry le Bourguignon qu'on doit les détails les plus pittoresques qui nous soient parvenus sur les temps anciens du Brésil". Denis, F. *Brésil*. Paris : Firmin Didot Frères, 1837. p.42 (grifo meu). Denis também salienta a questão da escassez de fontes sobre o século XVI, além de simplesmente desconsiderar Thevet.

6. Por exemplo: Varnhagen fala sobre as armas dos índios: "tangapema tungapé ou tacapé"; na nota explicativa cita "[...] Staden diz Iwarapeme", p.112; outros exemplos no mesmo sentido p.125, n.1 e p.226, n.3.
7. O outro é Fernão Cardim de quem não trato neste artigo.
8. "Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais original, mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa neste período". Varnhagen, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 1854, p.294.
9. Para J. C. Reis, Varnhagen foi o "primeiro inventor do Brasil", op.cit. p.111. Eu precisaria que ele foi o primeiro a inventar uma história geral do Brasil. *Invenção* está aqui sendo entendida como o processo criador que articula o conjunto das matérias selecionadas pelo historiador, sejam elas de caráter metodológico ou teórico, em sua escrita. Uma noção próxima ao trabalho de Sthepan Bann no seu livro *The inventions of history. Essays on the representations of past*. London, 1990.
10. O *horizon d'attente* é definido por Hans R. Jauss como "[...] le système de références objectivement formulable qui, pour chaque œuvre au moment de l'histoire où elle apparaît, résulte de trois facteurs principaux: l'expérience préalable que le public a du genre dont elle relève, la forme et la thématique d'œuvres antérieures dont elle présuppose la connaissance, et l'opposition entre langage poétique et langage pratique, monde imaginaire et réalité quotidienne". Jauss, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978, p.49. Segundo Daniel Roche, "il peut sembler intéressant de tenter de comprendre les usages du voyage à partir des moyens, qu'ils soient supports de rêve ou guide de l'action, occasion de fuite dans l'imaginaire exotique ou proche, ou encore moyen de connaissance. C'est un point de vue indispensable et préalable à toute lecture des récits de voyage car les pratiques

de réception y induisent beaucoup d'effets". Roche, D. "Le voyageur en chambre: réflexion sur la lecture des récits de voyage". In: Burguière, A./ Goy, J./ Tits-Dieuaide, M-J. (Dir). *L'histoire grande ouverte: hommage à Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris : Fayard, 1997. p.552.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. *L'Invention du quotidien – 1. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1990. Préface de Pierre Nora.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1854.
- VARNHAGEN, F. A. de. In: SOUSA, G. S. de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1974.
- WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins Press, 1973.